This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

+ *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
+ *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
+ *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
+ *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at `http://books.google.com/`

Esta é uma cópia digital de um livro que foi preservado por gerações em prateleiras de bibliotecas até ser cuidadosamente digitalizado pelo Google, como parte de um projeto que visa disponibilizar livros do mundo todo na Internet.

O livro sobreviveu tempo suficiente para que os direitos autorais expirassem e ele se tornasse então parte do domínio público. Um livro de domínio público é aquele que nunca esteve sujeito a direitos autorais ou cujos direitos autorais expiraram. A condição de domínio público de um livro pode variar de país para país. Os livros de domínio público são as nossas portas de acesso ao passado e representam uma grande riqueza histórica, cultural e de conhecimentos, normalmente difíceis de serem descobertos.

As marcas, observações e outras notas nas margens do volume original aparecerão neste arquivo um reflexo da longa jornada pela qual o livro passou: do editor à biblioteca, e finalmente até você.

Diretrizes de uso

O Google se orgulha de realizar parcerias com bibliotecas para digitalizar materiais de domínio público e torná-los amplamente acessíveis. Os livros de domínio público pertencem ao público, e nós meramente os preservamos. No entanto, esse trabalho é dispendioso; sendo assim, para continuar a oferecer este recurso, formulamos algumas etapas visando evitar o abuso por partes comerciais, incluindo o estabelecimento de restrições técnicas nas consultas automatizadas.

Pedimos que você:

- Faça somente uso não comercial dos arquivos.
  A Pesquisa de Livros do Google foi projetada para o uso individual, e nós solicitamos que você use estes arquivos para fins pessoais e não comerciais.

- Evite consultas automatizadas.
  Não envie consultas automatizadas de qualquer espécie ao sistema do Google. Se você estiver realizando pesquisas sobre tradução automática, reconhecimento ótico de caracteres ou outras áreas para as quais o acesso a uma grande quantidade de texto for útil, entre em contato conosco. Incentivamos o uso de materiais de domínio público para esses fins e talvez possamos ajudar.

- Mantenha a atribuição.
  A "marca dágua" que você vê em cada um dos arquivos é essencial para informar as pessoas sobre este projeto e ajudá-las a encontrar outros materiais através da Pesquisa de Livros do Google. Não a remova.

- Mantenha os padrões legais.
  Independentemente do que você usar, tenha em mente que é responsável por garantir que o que está fazendo esteja dentro da lei. Não presuma que, só porque acreditamos que um livro é de domínio público para os usuários dos Estados Unidos, a obra será de domínio público para usuários de outros países. A condição dos direitos autorais de um livro varia de país para país, e nós não podemos oferecer orientação sobre a permissão ou não de determinado uso de um livro em específico. Lembramos que o fato de o livro aparecer na Pesquisa de Livros do Google não significa que ele pode ser usado de qualquer maneira em qualquer lugar do mundo. As conseqüências pela violação de direitos autorais podem ser graves.

Sobre a Pesquisa de Livros do Google

A missão do Google é organizar as informações de todo o mundo e torná-las úteis e acessíveis. A Pesquisa de Livros do Google ajuda os leitores a descobrir livros do mundo todo ao mesmo tempo em que ajuda os autores e editores a alcançar novos públicos. Você pode pesquisar o texto integral deste livro na web, em `http://books.google.com/`

869.8
R47970
P64

B 858,209

PROPERTY OF
University of Michigan Libraries
1817
ARTES SCIENTIA VERITAS

O POETA CHIADO

ALBERTO PIMENTEL

O POETA CHIADO

(Novas investigações sobre a sua vida e escriptos)

Reverendo frei Chiado
de virtude grande imigo.
sente tua alma comtigo
e verás se estas desculpado
d'isto que agora te digo.

AFFONSO ALVARES.

LISBOA
EMPREZA DA HISTORIA DE PORTUGAL
Sociedade editora
LIVRARIA MODERNA || TYPOGRAPHIA
R. Augusta, 95 || *35, R. Ivens, 37*
1901

8
117970
PG.1

13 - 3031 21

I

As relações de amizade entre os vivos e os mortos são menos quebradiças e ephémeras do que as dos vivos uns com outros.

E a razão é facil de explicar: quem vai, não volta.

Os mortos não falam, não intrigam, não atraiçôam, não desmerecem, por isso, da estima e consideração em que uma vez os tomamos.

Affeiçôa-se a gente a um escriptor, a um *maestro*, a um pintor ou a um estatuário, que morreu ha muitos annos ou ha longos seculos, e não deixamos apagar nunca a lampada do seu culto: colleccionamos-lhe as obras sem olhar a dinheiro, por mais raras que sejam; conservamol-as em grande veneração como thesouros que um avarento aferrolha a sete chaves; e estamos sempre promptos a combater de ponto em branco pela gloria e bel-

leza de suas producções, quando apparece algum zoilo a menosprezal-as com azedume.

E se nas relações com os vivos fazemos selecção do caracter d'elles para estabelecer convivencia e amizade, pouco nos importa a condição e procedimento dos mortos quando os estimamos em suas creações artisticas ou literarias com intransigente fanatismo.

O meu fallecido amigo visconde de Alemquer, que era um *gentleman* distinctissimo, primoroso em maneiras e acções, além de ser um bibliophilo digno de apreço e consulta, tomou tanto gosto pelas obras do padre José Agostinho de Macedo, que passou a maior parte da existencia a collecional-as por bom preço e a muito custo.

Comtudo, havia tanta disparidade entre o caracter de um e do outro, porque o auctor dos *Burros* foi o mais atrabiliario, inconstante e perigoso homem de letras de todo o nosso Portugal, que o visconde de Alemquer, se houvesse sido contemporaneo do padre José Agostinho, nunca teria podido ser seu amigo, nem seu defensor, nem jámais o quereria vêr em intimidade de portas a dentro.

Pela minha parte, tambem sou obrigado a confessar um similhante fraco, não pelo mesmo padre, mas por outro que, sob o ponto de vista da disciplina monastica e da dignidade sacerdotal, não valia mais. Refiro-me ao franciscano Antonio Ribeiro o Chiado, que tambem despiu o habito e foi tunante irrequieto, sendo egualmente homem de letras.

Até 1889, anno em que logrei dar a lume as suas obras, quasi perdidas, e geralmente desco-

nhecidas[1], custou-me o Chiado bom trabalho e canceiras para resuscital-o aos olhos do grande publico em toda a sua individualidade literaria

D'então para cá não deixei de pensar n'elle a investigar-lhe a biographia, que é das mais obscuras e complicadas, e a procurar aquellas de suas obras que até 1889 não consegui haver á mão por mais que as desejasse e buscasse.

Alguma coisa achei n'este lapso de onze annos. Não é tudo ainda. Mas não perdi o tempo, nem parei, porque me repugna a inercia, e porque, verdade-verdade, tomei gosto ao Chiado, que não foi um vulto preeminente nas letras, mas que tem relevo como bohemio e dizedor, como trovista alegre e zombeteiro, farçante popularissimo, que a praça publica applaudia e que os escriptores mais notaveis não desconsideravam.

Outros meus contemporaneos teem consagrado todo o seu tempo ao Chiado rua, e talvez esses se riam de mim, que prezo mais o literato do que o *Regent Street* alfacinha.

Todavia, cumpre advertil-os de que a rua lembra o escriptor, e de que foi elle, como julgo poder demonstrar agora, que deu nome á rua.

Eu já em 1889 pendia para esta opinião, comquanto, n'essa epocha, só houvesse encontrado vestigios de que a rua tinha aquella denominação no seculo XVIII.

Depois d'isso, alguem lembrou que já era assim

---

[1] *Obras do poeta Chiado*, colligidas, annotadas e prefaciadas por Alberto Pimentel. Na officina typographica da Empreza Literaria de Lisboa, calçada de S. Francisco, 1 a 7.

chamada na primeira metade do seculo XVII 1634 como se reconheceu por um documento digno de fé[1].

E eu proprio li, posteriormente, uma referencia mais antiga, porque é relativa á primeira década do mesmo seculo XVII: «Outras casas do bairro do Marquez ficavam situadas *ao Chiado*, quando se entra na rua Direita da Porta de Santa Catharina (1610)[2]».

Mas hoje cuido trazer prova convincente de que foi o poeta que, por consenso espontaneo do povo, deu o nome de Chiado á antiga rua da Porta de Santa Catharina ou a parte d'ella.

O povo baptiza melhor do que a camara municipal, porque baptiza com mais acerto, quasi sempre com inteira razão de ser; por isso, nome que elle ponha, péga, fica, perdura.

E, não obstante a camara municipal mudar em 1880 o nome á rua, de *Chiado* para *Garrett*, o povo não quiz saber de reviravoltas de letreiros nas esquinas: continua a chamar-lhe *Chiado*; *Chiado* e que é, porque o povo quer que seja assim.

As novas descobertas que hoje tiro a lume sobre a vida azevieira do poeta Chiado, anecdotas passadas entre o povo e com o povo, das quaes resulta que elle foi um bohemio tão acabado e popular no seculo XVI como Bocage o veiu a ser no

---

[1] *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, tomo IV, pag. 41. Ahi se vê que o conde de Atouguia morava «ao Chiado».

[2] Archivo Nacional. *Chancellaria de D. Filippe II*, livro XIX, fol. 26[illegible].

seculo XVIII, essas novas descobertas, dizia eu, acodem a reforçar a prova, que em documentos colhi, de haver sido elle que celebrizou a rua em que morava e que por esse facto, sem que ninguem o decretasse, mas porque todos assentiram, ficou a alcunha do poeta tradicionalmente ligada á rua como um padrão de celebridade local[1].

---

[1] De todas as ruas de Lisboa o Chiado é a mais cantada e decantada. Na literatura, além de infinitas referencias, tem fornecido o titulo de algumas obras: *Do Chiado a Veneza* por Julio Cesar Machado (186); *Viagens no Chiado* por Beldemonio (Ed. de Barros Lobo) 185 ; *A campanha do Chiado*, scena comica; *Trez ao Chiado*, cançoneta. No principio do anno de 1898 começou a publicar-se em Lisboa um periodico com o titulo *O Chiado*, em formato grande e excellente papel Teve ephémera existencia. No n.º 5, correspondente a 6 de fevereiro, inseriu um artigo do sr. Brito Rebello sobre o poeta Chiado. D'esse artigo recortamos os seguintes periodos:

«Mas d'onde lhe veiu a alcunha? Eis os eruditos em duvida. A opinião correntia até alguns annos era de que esta lhe proviera da rua onde habitava, que era a parte da subida desde o Espirito Santo, hoje palacio da casa de Barcellinhos, até á rua de S. Francisco (*Ivens*). Ha porém um contra: em monumento ou documento algum anterior ao seculo XVI, se encontra tal designação. E' pois mais natural a hypothese do sr. Alberto Pimentel, de que do poeta veiu o nome á rua.»

A hypothese, formulada em 188 , é hoje uma these documentada.

II

Eu conjecturei em 1889 que — Chiado — era alcunha popular e nao appellido de familia.

Hoje possuo provas de ter havido no districto de Evora, d'onde o poeta era natural, uma familia de appellido Chiado, anterior ao poeta.

Bem pode ser que o appellido proviesse de alcunha, no sentido em que a tomei[1], o que muitas vezes acontece. Mas não ha duvida que já no seculo xv existiam Chiados no baixo Alemtejo.

Perante D. João II queixaram-se João Lopes Chiado e Francisco Lopes Chiado, ambos eborenses e irmãos, contra a perseguição judicial que lhes moviam Ayres Gamito e Gonçalo d'Elvas, serviçaes d'el-rei.

---

[1] Ver *Obras do poeta Chiado*, pag. XXVIII a XXX.

Por carta regia, datada de Evora, D. João mandou annullar-lhes a culpa deixando-os illibados[1].

No seculo XVI havia em Montemór-o-Novo um Antonio Fernandes Chiado, homem muito pobre, a quem D. João III perdoou o delicto (em 11 de setembro de 1553) de ter caçado perdizes com boiz, contra o que dispunham as Ordenações[2].

Mas nenhuma d'estas noticias vale tanto como a de ter existido ao tempo do poeta, no anno de 1567, em Lisboa, uma Catharina Dias, «dona viuva», mulher que foi de Gaspar Dias o Chiado, a qual residia «na rua Direita da Porta de Santa Catharina.»

Colhi esta noticia n'um documento authentico[3].

Ora ahi se diz textualmente a respeito d'aquella Catharina Dias: «molher que ffoy de gaspar diaz o chyado dalcunha vynhateyro que deus aja.»

A falta de pontuação nos documentos antigos dá origem a muitas escuridades e equivocos. As-

---

[1] Archivo Nacional. Chancellaria de D. João II, liv. 17, fl. 89, v.

[2] Archivo Nacional. D. João III. Perdões e legitimações, liv. 19, fl. 398, v.

[3] Archivo Nacional. *Collegiada de São Julião de Lisboa*, maço unico nº 14. Instrumento lacerado no fim. Transcrevemos apenas o começo, por ser a parte que mais nos interessa:

«Em nome de deus amem sajbam quãtos este estromento de emnouacão de prazo e nouo emprazamento vyrem que no Anno do nascymento de nosso senhor Jesus Christo de myll e quinhentos e sesemta e sete Aos tres dias do mes de Junho na cydade de llixboa demtro da parochiall Igreya de sam Gjão estãdo ahy de presente o senhores lljonardo nardez de cyxo (sic) prior da dita Igreya e guomcallo diaz e Jorge Rebejro e pedro ortyz e ffrancisquo de lhãnes beneflyciados em ella todos presentes e Imtaresemtes na dita ygreya e todos jumtos e cõgregados por som de cam-

sim, na phrase que deixamos transcripta, poderiam caber duas interpretações: que Gaspar Dias tinha a alcunha de Chiado ou tinha a alcunha de Vinhateiro. Mas a anteposição do artigo á palavra — Chiado — reforçaria por si mesma a hypothese de ser alcunha, se a não confirmasse plenamente esta passagem que se encontra no texto do documento:

«Aos seys dias do mes de junho de myll e quynhemtos e sesemta e sete Annos na cydade de llixboa Rua derejta da porta de ssamta cateryna nas cassas de caterina diaz *A chiada dalcunha* donna veuua etc.»

Assim, pois, ficamos seguros de que o Gaspar Dias da rua Direita da Porta de Santa Catharina não tinha o appellido de Chiado, como alguns individuos do Alemtejo, mas sim a alcunha, e de que

---

pam tãgjda em cabido e cabydo ffazemdo ffazemdo (sic) especyallmente sobre o auto de que abayxo ffara memçam e todos de huã parte e da outra estamdo a esto presente cateryna diaz dona veuua molher que ffoy de gaspar diaz o chyado dalcunha vynhateyro que deus aja e ella vyue hora nesta cidade na Rua derejta da porta de samta cateryna e lloguo por elles senhores pryor e majs beneficiados ffoy dyto que amtre os majs bens e propriadades que A dita Sua Igreja pertemce e de que ella esta de pose como derejto senhoryo asy sam huas cassas que estão nesta cydade no topo da callcada de pay de nabays na Rua derejta da porta de samta cateryna as quoajs pessue hora como vtill senhoryo A dyta caterina diaz por as nomear em ellas por segunda pessoa o dito gaspar diaz chyado que nellas hera a primeira pessoa comfformme ao emprazameto que dellas lhe ffoy ffeyto por A dyta Igreya pryor e benefficiados della e pagua de fforo myl e trezemtos e cimquoenta reis em cada num Anno com galljnhas e tudo e com outras majs comdjcões e obrigações de seu comtrato, etc.»

exercia a profissão de «vinhateiro» por ser viticultor ou negociante de vinhos. Bem poderia succeder que os vendesse a retalho na propria casa de residencia, especie de estalagem talvez, onde admittisse hospedes.

N'elle era, portanto, alcunha o que n'outros fôra appellido de familia; mas bem póde haver sido que a origem do appellido no Alemtejo proviesse primitivamente de uma alcunha.

Quanto á significação da palavra *chiado* não ha duvida. Na *Revista Luzitana* VI, 79, encontra-se um estudo intitulado — Dialecto indo-português de Gôa —, auctor monsenhor Sebastião Rodolpho Dalgado *(sic)*, no qual estudo se lê: «*Chiado*, astuto, ladino. «Não é porque eu seja mais chiado, mais astuto do que os outros». Do k., sansk *chhadmin*.» Mas, sem recorrermos ao concani, o nosso verbo «chiar» e o seu participio podem dar ideia de um sujeito de «ruidosa» reputação como bargante e dizidor. No Brazil o nome — Camões — tomou a accepção popular de — cego de um olho; e até me informam — ó sacrilegio! — que lá se diz, por exemplo, «um cavallo camões». O povo tem um grande instincto de generalisação: certos individuos seriam — chiados — por se assimilharem moralmente. Da alcunha proviria talvez o appellido; mas não vale a pena insistir n'este ponto.

O que faz ao nosso proposito é dizer que a Gaspar Dias fôram aforadas pela collegiada de S. Julião umas casas sitas «no topo da calçada de Pai de Nabaes na rua Direita da Porta de Santa Catharina» e que houve renovação do prazo no tempo da viuva, segundo ella requereu e obteve.

A referida calçada é descripta em documentos

antigos como sendo — de Payo de Novaes — Pai de Navaes ou — Pai de Nabaes[1].

Na *Lisboa antiga*, de Julio de Castilho, vol. VI, vem um fragmento da planta traçada por José Valentim, e ahi se póde vêr claramente qual era a situação da calçada de Pai de Nabaes em relação á rua Direita da Porta de Santa Catharina.

Por este fragmento, que reproduzimos, reconhece-se que a calçada de Pai de Nabaes ficava ao fundo do Chiado actual, entalada entre o palacio

---

[1] «Calçada de Payo de Novaes — Corre a dita Calçada ao principio quasi norte sul e contem seu comprimento desde o Largo da Cruz do Azulejo thé donde volta 173 p. e de Largura 16 p. e voltando corre Leste oeste, e contem thé intestar com a rua do Chiado donde parte o destricto do Bayrro 42 p. e de Largura pello leste 42 p e pello oeste 25 p.». *Tombo da Cidade de Lisboa*, *Livro 10*, *Rocio fl. 20*.

O *Mappa de Portugal*, III, 391, diz que a calçada de Payo de Novaes pertencia á freguezia de S. Nicolau.

No livro 8 da *Extremadura* lê-se, fl. 2[illegible]: «na rua que vem da call çada que vem de pay de nauaaes pera o poço do chãao e parten (*as casas*) de hũa parte cõ a albergaria dos tanoeiros da outra cõ casas de S. Vicente de Fora etc. e da outra cõ cas s dos banhos do espitall de dona maria de aboym etc. e com Rua pubrica». Tem a data de 1467.

do conde de Valladares e a egreja do Espirito Santo, e que foi do predio ahi situado, onde residira Gaspar Dias, que se alastrou o nome de Chiado para um trecho apenas da rua Direita da Porta de Santa Catharina, conservando esta rua o seu antigo nome desde a Cordoaria Velha[1] até propriamente á porta de Santa Catharina, isto é, até ao Loreto moderno.

Seria em casa de Catharina Dias a Chiada que o poeta Antonio Ribeiro se hospedou. Não podêmos admittir que fosse o marido d'ella que désse o nome á rua, a qual no tempo da viuva ainda tinha a designação antiga e total — de rua Direita da Porta de Santa Catharina.

Pode ser que o poeta recebesse da propria casa de Pai de Nabaes, como seu hospede ou freguez, a alcunha de Chiado, tanto mais que esta alcunha lhe quadrava como astuto e ladino, e que elle, segundo uma accusação de Affonso Alvares, se dava a frequentar lojas de bebidas:

E tu queres ser rufião
e beber como francez.

Pode ser que fosse parente, adherente ou intimo da viuva de Gaspar Dias, e que por parte do povo tambem houvesse malicia em dar ao commensal a alcunha que pertencêra ao marido.

A tradição diz que o poeta morou n'aquella rua e, segundo a maior certeza possivel, parece poder

---

[1] A Cordoaria Velha correspondia á rua de S. Francisco, hoje rua Ivens.

agora ficar assente que foi elle, pela notoriedade de que gosou, devida a suas ribaldarias e veia comica, que deu o nome á rua.

E' menos admissivel a hypothese de que o poeta, por singular coincidencia, fosse um dos Chiados do Alemtejo, apesar de ter nascido no districto de Evora, onde, na cidade capital do districto e na villa de Montemor-o-Novo, existia aquelle appellido. No Alandroal, cêrca de seis leguas ao sul de Evora, ha um *monte* (casa de habitação de uma herdade) que tem o nome de —Chiado[1]— e um logar chamado—Chiada. No districto de Faro (Algarve) tambem ha um logar com a denominação de —Chiado,— como se vê da *Chorographia* de Baptista. Chiado é, pois, um vocabulo do sul. Mas tanto o poeta como seu irmão Jeronymo, tambem poeta, assignavam apenas o appellido — Ribeiro. O que me leva a crêr que Chiado fôra alcunha posta a Antonio Ribeiro, bem assente n'elle, que a merecia; e por ser alcunha a precediam de um artigo.

Em resumo: antes do poeta a rua não tinha o nome de Chiado[2].

---

[1] Situado a dois kilometros da villa. Haverá um seculo pertenciam este *monte* e herdade a um individuo chamado Pedro Gonçalves. Passando de paes a filhos, veio a propriedade a pertencer ao pai do sr. Martins, do Redondo. actual proprietario.

[2] Fica, pois, documentalmente contradictada a opinião, tantas vezes repetida, de que o poeta recebeu o nome da rua Ainda recentemente disse a *Encyclopedia portugueza illustrada:* «Indo para Lisboa (o poeta), foi morar para o Chiado, e d'ahi o ser conhecido por este nome.» E' verdade que a mesma *Encyclopedia* tambem diz que o Chiado escreveu varios autos, sendo conhecidos dois: *Auto de Gonçalo Chambão* e *Auto da natural invenção.*» Justamente estes dois é que ninguem tem podido vêr. Dos trez que publiquei em 1889. não fala: esses então é que são os desconhecidos!

III

Já agora seja-me permittida uma divagação, que reputo interessante, a respeito do sitio do Chiado, que o nosso poeta tornou famoso.

Eu disse que a calçada de Pai de Nabaes ficava entalada entre o palacio do conde de Valladares e a egreja do Espirito Santo da Pedreira.

«Da Pedreira», porque os alicerces d'este edificio foram assentes no alto da escarpa, que impendia em tempos remotos sobre um esteiro do Tejo, cidade dentro, e que ainda hoje se deixa adivinhar na enorme differença de nivel que ha entre o fundo do Chiado e a rua do Crucifixo.

A egreja e hospital do Espirito Santo estão actualmente substituidos, no mesmo local, pelo moderno palacio da familia Barcellinhos.

A egreja era muito antiga, pois que no anno de 1279 já tinha sido fundada.

No seculo XVI foi reconstruida com donativos

de el-rei D. Manoel e outros bemfeitores. Ficou o templo com trez naves, e tinha uma capella-mór artificiosamente lavrada, obra de muita estimação e riqueza.

O padre Carvalho, na *Chorographia Portugueza* [1], dá larga noticia d'esta egreja depois de reconstruida.

Junto ao templo, e com serventia para elle, havia o hospital do Santo Espirito, que albergava permanentemente doze pessoas necessitadas, entre as quaes «dez mulheres donzellas ou donas viuvas de boa vida».

A bem dizer, era mais um recolhimento do que um hospital.

E assim foi até o anno de 1672, em que os padres da Congregação do Oratorio, que se tinham instituido alli perto, no sitio das Fangas da Farinha, á rua do Almada, tiveram auctorização para tomar conta do hospital do Santo Espirito, onde passaram a estabelecer-se dois annos depois.

Alli permaneceram os oratorianos, tranquillos e contentes. Mas por occasião do terremoto de 1755 a egreja e convento arderam, perdendo-se os preciosos haveres d'aquelles padres. A congregação transferiu-se então para o convento das Necessidades, que é hoje palacio real.

Ficaram apenas de pé as paredes dos dois edificios incendiados.

No frontispicio da egreja havia grandes columnas de cantaria, que o leitor ainda hoje pode ver... aonde?

---

[1] Tomo IIº, pag. 445 e seguintes.

Aonde? Não em outro templo, mas na fachada de um theatro, porque as pedras tambem teem seus fados. Estas transitaram, por caprichoso destino, do sagrado para o profano. Estão agora na frontaria do theatro de D. Maria II; são as mesmas columnas da egreja do Espirito Santo.

O leitor não acreditaria esta noticia, se eu não pudesse comproval-a com um documento authentico.

Mas posso. Ahi vai o documento, que, por ser curioso, não quero que fique esquecido entre os meus papeis velhos:

«Ministerio do Reino — 3.ª Repartição — Ha-
«vendo Manuel José d'Oliveira, actual proprietario
«do edificio da supprimida Casa do Espirito Santo
«da Congregação do Oratorio, cedido as grandes
«columnas de cantaria e seus capiteis, que ornão
«o frontispicio d'aquella Igreja, para serem empre-
«gadas na fachada do novo theatro nacional,
«que se projecta fazer; com a condição de que
«não seja feito á sua custa o descimento e condu-
«cção das mesmas columnas: Manda Sua Mages-
«tade a Rainha, que o Conselheiro Fiscal das
«Obras Publicas faça preparar todo o apparelho
«necessario para aquelle descimento, combinando
«com o mencionado Manuel José d'Oliveira a oc-
«casião e dia em que elle deve ter logar; fazendo
«depois conduzir as ditas columnas e capiteis
«para o Arsenal da Marinha, onde achará as or-
«dens necessarias para serem recolhidas e deposi-
«tadas até que se lhes dê o indicado destino: de-
«vendo outrosim o mesmo Conselheiro Fiscal dar
«todas as providencias para que, tanto no acto do

«descimento, como no da conducção, não soffram «o menor damno as columnas e particularmente «os lavrados de seus capiteis. Palacio das Neces- «sidades em 9 de janeiro de 1836. (assignado) *L.* «*M. S. de Albuquerque*».

Pois não é interessante o destino d'estas columnas?

Procurei saber quando foi que entraram em deposito no Arsenal de Marinha, e quando sahiram de lá para o theatro.

Metti de empenho o meu illustre amigo sr. conde de Paço d'Arcos, que gentilmente, como sempre costuma, se interessou pela minha solicitação. Fez-se a pergunta ao Arsenal. Passaram mezes. Não veiu resposta. Não era negocio de expediente ordinario; ficou para traz. Pois deixal-o ficar; eu é que vou andando para deante, já aborrecido de esperar.

E agora tornemos ao nosso poeta.

IV

A popularidade de Antonio Ribeiro o Chiado proveiu não tanto da sua veia poetica, aliás muito apreciada pelos entendidos, como das suas repetidas tunantadas, de que o povo tinha directo conhecimento, porque as presenceava em plena rua.

Era entre o povo, entre as classes humildes de que elle provinha, porque lá diz Affonso Alvares no proposito de deprimil-o

> Nasceste de regateira
> e teu pai lançava solas;

era entre a arraya miuda que o Chiado localizava o theatro das suas façanhas picarescas, dos seus feitos esturdios, das suas «partidas» e «piadas», como hoje dizemos.

Um códice do Archivo Nacional, de que só

agora tive conhecimento, revela algumas das suas estroinices e chalaças, que não ficam a dever nada ás mais gaiatas e desbragadas de Bocage.

O codice a que me refiro tem o n.º 1817 e o titulo—*Diversas historias e ditos facetos a diversos propositos.*

E' uma interessante collecção de anecdotas, que deve ser anterior ao anno de 1617 e pertenceu á livraria do mosteiro de S. Vicente.

Vamos passar em revista as paginas que n'essa miscellanea dizem respeito ao Chiado; e, onde fôr preciso, lançaremos um véo por decencia sobre as anecdotas que entrarem no dominio da pornographia.

E' claro que a palavra—véo—não promette mais do que um anteparo diáphano.

Quiz o poeta comprar a uma regateira um peixe de estimação. Offereceu-lhe apenas 7 réis e meio. Volveu-lhe a regateira por escarneo:

—Tomal-o-heis com um trapo quente.

N'esta resposta havia tanto desdem, que picou fundo o Chiado; certamente elle se teria doído menos de uma descompostura destemperada, como aquellas que as peixeiras de Lisboa não precisam ensaiar-se para desfechar na cara de toda a gente. Mas a ironia, o desprezo da réplica, abespinhou-o; suggeriu-lhe um plano de vingança, que logo poz em execução.

Disfarçadamente aproximou-se do fogareiro de alguma assadeira de castanhas ou quejando mister.

Aqueceu um trapo, o primeiro que se lhe deparou, e apossou-se violentamente do peixe, empregando o trapo na tomadia.

Escarcéo da peixeira, que se dizia roubada. Agglomeração de povo, que ria do caso exaltando a astucia do Chiado. Appêllo dos dois contendores para a justiça, visto faltar ainda n'esse tempo o *bureau* policial da Parreirinha.

A varina fez a sua queixa. Chiado ponderou a circumstancia de se haver apoderado do peixe com um trapo quente, condição imposta pela peixeira. Decisão da justiça: que o poeta pagasse os 7 réis e meio que offerecera, e ficasse com o peixe, pois que a condição do trapo havia sido satisfeita, ficando salva a fé do contrato.

*
* *

Era o Chiado ainda frade franciscano—porque depois despiu o habito por indisciplina ou lh'o despiram por castigo—e começou a embirrar uma vez com o magro caldo de lentilhas, que lhe deram no refeitorio.

Vai isto de accôrdo com a proverbial pobreza dos franciscanos.

Remexendo no caldo, não encontrou mais que uma lentilha. Pareceu-lhe pouco nutritivo o singular, e começou a despir-se, como se quizesse atirar-se a um charco. Reprehenderam-n'o com estranheza. Elle explicou: que tinha visto apenas um legume no fundo da tigela e que o queria tomar de mergulho.

*
* *

D'outra vez — e aqui vai ser preciso o véo — apostou que em pleno Terreiro do Paço, entre um grupo de dez ou doze pichões (arruadores) que alli estanceavam, era capaz de improvisar um *water closet*, sem que elles protestassem.

Fingiu-se acossado pela justiça e, correndo direito aos faias (como hoje diriamos) pediu-lhes que fizessem roda para o livrar de ser preso. Cahiram no langará, elles, e cerraram-se em parede, de modo que o supposto fugitivo não pudesse ser visto. Passado algum tempo, o Chiado parte agradecendo, e só depois foi que, pelo olfacto ou pelos olhos, os logrados reconheceram o logro.

*
* *

Não havia aposta bréjeira que lhe não propozessem, e que elle não acceitasse.

Se seria capaz de açoitar um vinagreiro que ia passando com dois ôdres sobre a mula? Que sim. Dito e feito. Acercou-se do vinagreiro e disse-lhe que desatasse um dos ôdres, pois queria provar o vinagre. Tomou um bochecho e fez cara de não achar bom. Exigiu provar do outro ôdre, segurando elle proprio no que já estava desatado. De repente finge vêr alguem ao longe ou querer acudir de prompto a qualquer incidente. Passa o ôdre ao vinagreiro, que ficou com um em cada mão, ambos desatados. E então começa a açoitar o pobre

homem, que não poderia defender-se sem deixar perder o vinagre.

* *

Conchavou-se o Chiado com outros tunantes da força d'elle para engarampar um villão, que veiu a Lisboa comprar trigo. Disse-lhe que se queria trigo bom o não podia achar melhor que o de um seu irmão, em certa nau que estava á descarga; que fosse a bordo compral-o, mas que para não sujar o sombreiro e a capa lh'os deixasse alli no caes, onde o ficaria esperando. O villão pagou logo sete tostões pelo trigo, e deu a capa e o sombreiro a guardar. Foi a bordo, em cabello e corpo bem feito. Mas disseram-lhe lá que não tinham commissario em terra, e que só faziam negocio com dinheiro na palma da mão. Voltou o homem ao caes, e já não viu o Chiado; encontrou, porém, os outros guilhotes, os quaes lhe deram uma carta de quitação que o Chiado deixára para o parocho do basbaque, explicando tudo. Ora a carta dizia:

João Pires do Outeiro
Me deu a capa e o sombreiro,
Sete tostões em dinheiro,
E mais me dera
Se mais tivera.

* *

Não tendo que jantar um dia, lobrigou certo mancebo a comprar peixe na Ribeira. Chegou-se a elle, dizendo ser grande amigo de seu pai. Sob

esta côr o convidou a jantar. Foram os dois, mano a mano, para o local que o Chiado indicou. Ahi, disse-lhe que poizasse o peixe, que logo se cozinharia, e que fôsse buscar qualquer tempêro que faltava. Quando o ingénuo moço tornou, já não viu o Chiado nem o peixe.

*
* *

D'outra vez chamou um polhastro e industriou-o a fingir-se vendilhão, levando no fundo de uma panela excremento humano. O rapazola apregoava, como o Chiado lhe ensinou: «Quem merca isto?» Alguns curiosos queriam vêr o que era para comprar. E, reconhecendo a mercadoria, diziam por claro o nome que se lhe dá. O polhastro respondia enfadado: «Pois não é outra cousa.»

*
* *

Vem agora uma anecdota geralmente attribuida a Bocage, mas que não póde ser sua, pois que o manuscripto d'onde a tomamos é anterior a 1617 e portanto quasi seculo e meio anterior ao nascimento de Bocage.

Entraram ratoneiros em casa do Chiado, e levaram-lhe o melhor que tinha. Elle viu-os a tempo de poder gritar por soccorro; mas, em vez de bradar, poz ás costas o refugo que lhe deixaram e foi-os seguindo derreado sob a carga. Os gatunos, espantados, fizeram alto e perguntaram-lhe para onde ia. O Chiado respondeu tranquillamente:

«Venho vêr para onde nos mudamos.» Com o que desarmou a audacia dos amigos do alheio que, rendidos á chalaça, lhe restituiram o bom que levavam.

* *

Quando alguem queria engendrar uma bréjeirice, ia ter com o Chiado, que era padre-mestre na materia.

Por isso o consultaram certos vaganaus sobre a «partida» que deveriam fazer a um mulato fôrro que andava por Lisboa, e a quem tinham asca por ser valentão e soberbão.

Aconselhou os o Chiado a que, logo que entrasse alguma nau ingleza, lhe dessem aviso.

Chegou a occasião, veiu um navio inglez e o Chiado, fingindo-se fidalgo, foi a bordo com alguns d'aquelles tunantes, que dizia seus criados.

Propoz ao capitão da nau que lhe comprasse um escravo mulato, que era robusto para o trabalho do mar, mas que não podia amansar em terra.

Fez-se o ajuste, sob condição de que o escravo iria á mostra.

Os outros picões levaram-n'o a bordo, e como agradasse aos inglezes, logo receberam d'elles o preço que fôra combinado.

Protestou o mulato não ser captivo, mas não foi acreditado, visto terem-lhe posto fama de soberbão. Quiz reagir á viva força, mas lançaram-lhe ferros, visto saberem n'o valente. E teria ido mar em fóra, como escravo, se a justiça, informada da occorrencia, o não fosse libertar a bordo, obri-

gando os vaganaus a restituir o dinheiro recebido dos inglezes.

Não houve mais nenhum outro procedimento da justiça contra o inventor e executores d'esta tunantada, que aos proprios magistrados pareceu graciosa.

O Chiado sahiu incolume, porque foram os socios que pagaram por elle, e porque a justiça prohibiu ao mulato que tirasse qualquer desfôrra.

Palavras textuaes do manuscripto: «...com pena de morte ao negro, que sobre aquella graça com o Chiado não entendesse, pois fôra tão bem achada a graça.»

Tal era a cotação da jocosidade do poeta, que até a justiça se lhe rendia; a natureza dera ao nosso bohemio todos os predicados de gracioso, incluindo a facilidade de imitar simultaneamente as vozes de muitas pessoas[1].

*
* *

Tinha o Chiado em casa um pote onde fazia os despejos. Um dia lembrou-se de lhe pôr um tampão e embreal-o exteriormente no bocal e no bojo, de modo a parecer vasilha para exportar Chamando depois quatro mariolas, encommendou-lhes que levassem aquelle pote de conservas á Ribeira,

---

[1] «Parece que era ventriloquo, porque imitava ao mesmo tempo as vozes de differentes pessoas.» *Dic. Popular*, vol. IV, pag 208.

que o queria embarcar, e que esperassem lá por elle para lhes pagar o frete.

Como o Chiado não tornasse a apparecer, foram os carrejões avisar a justiça e requerer que lhes entregasse o pote por indemnisação de seu trabalho.

Sendo-lhes entregue como cousa perdida, destaparam-n'o «e mettendo a mão dentro — diz o manuscripto — acharam-se com a conserva que não imaginavam, e logo viram que fôra lanço do Chiado.»

Logo viram que fôra lanço do Chiado: esta phrase testemunha quanto era fecunda e inventiva em chistes e logros a imaginação do famoso bohemio do seculo XVI.

Conheciam-n'o pelo dedo — como gigantesco entre os mais preeminentes foliões do seu tempo.

*

* *

Para concluir o extracto do manuscripto, que nos fornece todas estas anecdotas, resta dizer que passando o Chiado pela porta da Sé viu um grupo de muchachos e, dando-lhes attenção, ouviu-os dizer:

— Eu tomára ser bispo.

— Eu tomára ser pápa.

— Eu tomára ser rei.

O Chiado, acercando-se d'elles, interpellou-os dizendo:

— E sabeis vós o que eu tomára ser?

— ?...

— Tomára ser melão para me beijardes... no sitio em que se beijam os melões.

Com a differença que elle falou mais claro do que eu.

Aqui terminam os elementos anecdoticos fornecidos pelo manuscripto para a reconstituição da biographia picaresca do poeta Chiado.

Mas estes, que já não são poucos, bastam a egualar o Chiado com Bocage em materia de brejeirices e tunantarias.

V

Entre as producções literarias de Chiado, que eu não pude encontrar em 1889, havia uma, que, pouco tempo depois, veiu casualmente ao meu encontro.

Era aquella que o abbade Barbosa designa d'este modo na *Bibliotheca Luzitana:*

«Carta que escreveu de Lisboa a Coimbra da entrada do bispo D. João Soares, em Lisboa, quando foi á raia pela princeza. E' jocosa, e se conservava na bibliotheca do cardeal de Sousa».

Achei-a em copia n'uma miscellanea, que pertenceu ao convento da Graça, de Lisboa, e que eu comprei ao Rodrigues do Pote das Almas por dez tostões. Se exceptuarmos a carta de Chiado, a miscellanea vale pouco. Mas eu, folheando-a, li o titulo da carta, passei-a rapidamente pela vista, re-

conheci que o texto concordava com o titulo, e adquiri logo o livro, que o Rodrigues teria vendido mais caro se pudesse adivinhar a rasão por que eu o comprava.

D'isso era elle capaz, Deus lhe fale na alma.

Antes de transcrever a carta que o Chiado escreveu a um seu amigo de Coimbra, preciso esclarecer o leitor sobre o assumpto que a inspirou e o momento em que foi escripta.

O mallogrado principe D. João, filho de D. João III, desposou sua prima a linda princeza D. Joanna de Castella, que veiu a ser mãe de D. Sebastião o *Desejado*.

A princeza entrou em Portugal no fim de novembro de 1553 [1].

El-rei mandou que fossem buscal-a á fronteira D. João de Lencastre, duque de Aveiro, e o bispo de Coimbra D. Frei João Soares, os quaes se fizeram acompanhar de pessoas de categoria, entre as quaes D. Affonso de Lencastre e D. Luiz de Lencastre, irmãos do duque de Aveiro.

Na fronteira, D. Diogo Lopes Pacheco, duque de Escalona, e D. Pedro da Costa, bispo de Osma, fizeram entrega da princeza aos embaixadores portuguezes.

D. Joanna entrou por Elvas, e d'ahi, após breve demora, seguiu em jornadas até ao Barreiro, onde D. João III a foi esperar para acompanhal-a a Lisboa.

---

[1] Francisco de Andrade diz que foi em 1552; Pedro de Mariz que foi em 1554. Mas a carta de Chiado, que merece fé por ser um documento da epoca, fixa o anno de 1553.

O professor Manuel Bento de Sousa poz em relevo a fatalidade pathologica que desde o berço condemnou D. Sebastião aos desatinos que veiu a praticar em detrimento e ruina do paiz.

«D. Sebastião, diz o illustre e fallecido professor, é pela mãe neto de um epileptico [1], e a accumulação da hereditariedade morbida verificou-se sem perturbação.

«Sua mãe é filha de epileptico e neta de doidos [2], sua avó é irmã do mesmo epileptico e filha dos mesmos doidos, sua bisavó é irmã e filha do mesmo epileptico e dos mesmos doidos. Seu avô, por consequencia, é neto de doidos, e seu pae é bisneto dos mesmos doidos.

«Como exemplo de nevropathia accumulada por herança não ha melhor [3]!»

Sobre a inconveniencia physiologica dos casamentos consanguineos, repetidos de geração em geração entre as casas reaes de Portugal e Hespanha, vieram accumular-se, pelo enlace do principe D. João com a princeza D. Joanna, as taras hereditarias da epilepsia e da loucura que os dois desposados, primos co-irmãos, tinham recebido dos seus proximos ascendentes communs.

A mãe de D. Sebastião deu provas de uma exaltada hysteria, com allucinações pavorosas, durante o periodo da gravidez.

---

[1] O imperador Carlos V.

[2] Joanna *a Doida* e Filippe I, leviano, perdulario. incapaz de governar.

[3] *O Doutor Minerva*, pag. 198.

Este casamento precipitou a morte do principe D. João e aggravou as taras da princeza D. Joanna.

Eram duas creanças, ella de 18 annos [1], elle de 16 [2], doentes dos mesmos vicios constitucionaes, e apaixonados um pelo outro. Não conheceram limites ás suas relações amorosas, entregaram-se a uma «demasiada communicação» dilacerando-se carinhosamente em extremos de prazer insaciavel.

O principe ardia n'um fogo de voluptuosidade, que o devorou prematuramente. Foi preciso separal-o da princeza, mas já era tarde. Estava perdido na flor dos annos.

Os medicos d'aquella epocha classificaram a doença de — paixão hebetica. Os chronistas explicam que o enfermo sentia uma sêde devoradora; e D. Manuel de Menezes, na chronica que lhe é attribuida, filia esse phenomeno pathologico no desregramento dos prazeres carnaes.

Ora o hebetismo — segundo a medicina do nosso tempo — é um estado morbido, que inutiliza as faculdades intellectuaes, sem comtudo inutilizar a acção dos sentidos: uma especie de embrutecimento devido a commoção cerebral [3].

Assim devia ser, pois que o principe D. João precipitára a crise dos seus males hereditarios com um exgotamento nervoso.

Mas a — sêde devoradora — *polydipsia*, é um symptoma da diabetes saccharina, que anda mui-

---

[1] D. Joanna tinha nascido a 23 de junho de 1535.
[2] D. João nasceu em Evora a 3 de junho de 1537.
[3] *Dict. de medicine*, segundo o plano de Nysten, refundido por Littré e Robin.

tas vezes ligada ás nevroses e, principalmente, á epilepsia.

Não repugna acreditar que a sêde exagerada e contínua, que abrazava o principe, derivasse d'esse conjuncto pathologico recebido por herança e aggravado por excessos.

E que os chronistas não empregavam a palavra sêde em sentido figurado, vê-se d'estas palavras da chronica attribuida a D. Manuel de Menezes: «mas elle (o principe) perseguido da sêde levantou-se uma manhã da cama a beber agua da chuva, que achou empoçada ao pé de uma janella, por descuido dos que lhe assistiam, que então o deixaram só, e sendo muita, e choca, fez-lhe muito mais mal, e logo empeiorou, e morreu no dia seguinte».

A princeza, excitada pelas sensações amorosas e pelos sobresaltos da gravidez, redobrou de hysterismos, teve allucinadas visões, pavores imaginarios, de que ficou noticia.

Na véspera do principe cahir doente, estando elle a dormir, julgou ella vêr, á luz da tocha que allumiava a camara conjugal, surgir uma figura de mulher vestida de luto, com larga touca, a qual mulher, crescendo em vulto, ameaçadora, fez estrincar os dedos e, após um assopro que parecia o halito quente d'uma féra, desappareceu.

A princeza ficou n'uma grande perturbação de terror, julgando verdadeira a visão, e interpretou-a no sentido de que o assopro annunciava que todas as suas esperanças haviam de desfazer-se em vento.

Quanto ao trinco com os dedos não interpretou coisa nenhuma ou as chronicas o não dizem.

Tendo fallecido o principe D. João [1] sem que a princeza o soubesse ao certo, posto o suspeitasse, e já nas vésperas do parto, as damas que acompanhavam D. Joanna quizeram leval-a a espairecer na Varanda da Pella, do Paço da Ribeira.

O palacio dos pricipes era o de Alvaro Peres de Andrade, junto ao Arco dos Prégos, mas communicava interiormente com o palacio real.

A princeza, profundamente abatida, deixou-se conduzir. A noite e o silencio favoreceram ainda d'esta vez o terror, sempre contagioso, mórmente entre as impressionaveis damas, que os tristes acontecimentos da côrte traziam sobresaltadas.

Bastaria, portanto, que a princeza tivesse uma visão, para que logo fossem egualmente suggestionadas as suas damas, portuguezas e castelhanas.

Assim, pois, todas julgaram vêr sahir pela Varanda d'El-rei, direitos ao Forte [2], muitos homens vestidos á moirisca, com fatos de variegadas cores, agitando tochas accêsas e soltando repetidas vozes de — *Ly*, *ly*, *ly*. Era uma especie de dança macabra, em que os moiros revoluteavam, despedindo clarões e gritos; e quando a chorea, percorrendo a Varanda, chegava ao Forte, os moiros precipitavam-se ao Tejo, deixando no silencio da noite uma atmosphera soturna de terror e mysterio.

As damas fizeram decerto alarma. Acudiria

---

[1] O principe falleceu em terça feira 2 de janeiro de 1554, dezoito dias antes do parto da princeza.

[2] O Forte, nome que depois conservou o torreão mandado construir por Filippe II, rematava, sobre o Tejo, uma vasta galeria com terraço, a meio do qual se erguia uma torre ameiada.

gente do Paço, que não soube explicar a apparição sinistra dos moiros. Reconheceu-se que as portas estavam fechadas; que o ingresso de estranhos era impossivel. Então cresceria o pavor, e com elle a predisposição para repetir-se a visualidade no mesmo local e nas mesmas condições.

Foi o que aconteceu. Poucos dias depois tornou a princeza á Varanda da Pella, fez algum exercicio passeiando; depois sentou-se a uma das janellas e então se lhe renovou a visão dos moiros, com os mesmos trajes, as mesmas tochas, os mesmos gritos — na mesma farandola sinistra.

A princeza e as suas damas fugiram espavoridas sob a mesma suggestão, pelo contagio do terror. Todas «tinham visto» segunda vez os moiros. Lembra-nos, por analogia, um facto que Renan refere nos *Apostolos*. Entre os protestantes perseguidos correu voz de que, nas ruinas de um templo destruido recentemente, se ouviam psalmos cantados pelos anjos; tanto bastou para que todos os protestantes que se aproximavam d'aquellas ruinas, ouvissem os psalmos.

O rei e a rainha, informados do que se passava, recommendaram segredo.

Convinha não excitar mais a superstição popular, que já estava muito exaltada por varios factos anteriores, taes como o desacato praticado por um inglez, logo depois do casamento do principe na capella do Paço; e a apparição de um meteóro luminoso que todas as noites era visivel em Lisboa, quasi em cima da Sé, e parecia tomar a fórma de um athaúde.

Dos nove filhos legitimos de D. João III ficára apenas um, o principe D. João, e o povo já sabia

que elle tinha morrido tambem, posto se occultasse a sua morte.

Se o parto da princeza se mallograsse, acabar-se-ia a successão directa. Portugal perderia a sua independencia, não porque el-rei não tivesse irmãos, que poderiam succeder-lhe no throno, mas porque pelo contrato de casamento da princeza D. Maria, filha de D. João III, com Filippe II, a corôa portugueza passaria para D. Carlos, filho d'aquella princeza.

Por isso o povo, cuidadoso de ver garantida a independencia do reino, «desejava» que a princeza D. Joanna desse á luz um filho varão.

O arcebispo de Lisboa ordenára uma procissão de préces, que se effectuaria logo que a princeza começasse a sentir as dores do parto.

Pela meia noite de 19 a 20 de janeiro[1] de 1554, quando os sinos dos conventos tocavam a matinas, houve rebate de que a princeza experimentava os primeiros symptomas do parto. Logo se organizou a procissão, que sahiu da Sé para S. Domingos. Rompia a manhã quando a procissão ia recolhendo á Sé e então se espalhou «a nova feliz de ter nascido o *desejado*[2].»

Desejado foi em verdade D. Sebastião, e duas vezes o foi, antes de ter nascido e depois de ter morrido.

Em taes circumstancias, o nascimento do herdeiro da corôa teve a importancia de um aconte-

---

[1] Dia de S. Sebastião, motivo por que recebeu este nome o herdeiro da coroa.

[2] *Portugal cuidadoso e lastimado*, pag. 2.

cimento nacional, que profundamente interessou a alma popular. Não foi apenas um regosijo privativo da familia real ou da côrte, como acontece sempre que nasce «mais um» principe. Aquelle que tinha nascido era «o unico» fiador possivel da autonomia de Portugal: por isso tal acontecimento poz em jogo o brio, o orgulho, o amor patrio de todos os portuguezes.

Antes do parto, organizam-se devoções propiciatorias, em que o povo se mistura com o alto clero, fundindo suas preces.

Em Santarem até as creanças effectuam procissões nocturnas, piedosa pratica infantil, que foi muito nossa, e que apparecia sempre nas grandes crises nacionaes, revestindo um gracioso caracter de ingenuidade religiosa e de fé simples.

Eram procissões minusculas, com pequenos andores, pequenas lanternas, sendo o prestito constituido por homensinhos lilliputianos, rapazes da rua, creanças do povo, que iam entoando ladainhas e psalmos n'uma unisonancia de vozes ainda debeis e esganiçadas.

E' peculiar á infancia o espirito de imitação, maiormente entre as classes populares. Nos filhos do povo encontram sempre écco os acontecimentos que tomam maior relevo na vida da nação. Dir-se-ia que por viverem na rua são mais depressa sacudidos pela opinião publica do que os filhos dos nobres. Por isso são as creanças da arraya miuda que propagam, inconscientemente, as canções politicas, os hymnos revolucionarios, e que muitas vezes se encarregam de fazer a critica e inventar a parodia dos negocios do Estado e dos mais ruidosos conflictos da administração publica.

As procissões infantis duraram seculos. Viram-n'as os contemporaneos de D. João III. Viu-as Filinto Elysio, que nos descreve uma que todos os annos, pela quaresma, vinha da Ajuda exhibir nas ruas de Lisboa muitos «Senhorsinhos dos Passos» allumiados com rolinhos de cêra. Vi-as ainda eu na minha infancia, que passei n'aquella devota, patriotica e antiga cidade do Porto.

Foi bom termos tido occasião de falar do povo, pois que tomando por assumpto uma celebridade das ruas, como era o poeta Chiado, já se ia alongando de mais a narrativa sobre a vida da côrte, sem pausa nem fôlego, que désse tempo a pensar em quem vegeta no infimo grau da escala social — tal como no fundo de um poço escuro o musgo rasteiro.

Podemos agora tornar á côrte. D. João III, para não lançar maior perturbação nos espiritos, já muito apprehensivos e agitados, ordenou, pois, que se não divulgasse a visão da princeza na Varanda da Pella.

El-rei, receioso do futuro, sentia o peso de todas as suas responsabilidades politicas, que eram enormes desde que, por um imprudente contrato de casamento, a independencia do reino ficava suspensa do nascimento de um successor varão.

Mas o que D. João III não podia prohibir era que a princeza D. Joanna continuasse a ter visões, que aliás se repetiram.

Uma noite, na sua camara, tornou a princeza a vêr os moiros, que entravam e sahiam em tropel. Cahiu logo desmaiada no regaço de uma dama, e nem essa nem as outras receberam a suggestão, porque a princeza não teve tempo de falar.

Pareceu a todas que apenas seria uma syncope propria da gravidez; mas depois, explicado o caso, apurou-se que ainda mais uma vez tinham «apparecido» os moiros.

A crença popular relaciona sempre o maravilhoso com a vida das altas personagens e a realização dos grandes acontecimentos historicos. E' um fundo de superstição commum a todos os povos. Assim, entre nós, encontrou-se uma relação sobrenatural entre a visão dos moiros e a derrota de D. Sebastião em Alcacerquibir.

Que a princeza D. Joanna tivesse allucinações e visualidades pavorosas, cabalmente o pode explicar a medicina; que os phantasmas que ella julgava ver, fossem moiros, basta que o diga a lenda, urdida *a posteriore*, depois da perda de D. Sebastião em Africa.

De outras visões falam ainda as chronicas, todas n'um sentido lugubre e presago, como era proprio do estado morbido da princeza e das suas condições physiologicas.

Accordava de noite em sobresalto, queixando-se de não ver nada, de ter ouvido estrondos mysteriosos, vozes afflictivas, taes como suspiros maguados, gemidos cortantes.

No leito de dois doentes foi gerado um filho doentissimo, cuja cabeça, por desgraça nossa, havia de cingir a corôa de Portugal.

Depois do parto, o hysterismo da princeza tornou-se essencialmente mystico, tanto em Portugal como em Castella, para onde voltou.

Contribuiram para esta evolução, aliás naturalissima em taes circumstancias, as relações de D. Joanna com o padre Francisco de Borja, pri-

meiro em Lisboa, depois em Madrid. Essas relações, por demasiado assiduas, chegaram a tornar-se suspeitas; e Francisco de Borja, que se retirou para Portugal quando a suspeição cresceu, teve de procurar justificar-se n'uma carta que, em 1561, dirigiu do Porto a Filippe II.

D. Joanna fundou em Madrid um convento á imitação do da Madre de Deus, de Lisboa [1]; é o das *Descalzas Reales*, cuja historia Ricardo Sepulveda traçou n'um dos capitulos da sua interessante obra *Madrid viejo*.

Tal foi a princeza que o bispo de Coimbra D. Fr. João Soares e o duque de Aveiro foram receber á fronteira do Alemtejo, quando ella veiu desposar o mallogrado principe D. João [2].

---

[1] *Hist. Gen.*, t. III, pag. 559

[2] D. Joanna morreu com 38 annos, no Escorial, a 7 de setembro de 1573.

VI

Por que foi que D. João III escolheu, entre todos os prelados portuguezes, o bispo de Coimbra D. Frei João Soares, para ir á fronteira esperar a princeza?

Houve, para isso, razões especiaes.

Frei João, religioso eremita de Santo Agostinho e varão distincto em letras, tinha sido mestre do herdeiro da corôa e de seu irmão D. Filippe [1], alem de ser prégador e confessor de el-rei, o que bastaria a explicar a preferencia.

Das virtudes que a *Historia genealogica* [2] attribue a D. Frei João Soares, não se pode falar com

---

[1] D. Filippe foi o 6.º filho de D. João III. Pela morte de seus irmãos, chegou a ser jurado herdeiro do reino. Falleceu com seis annos de edade.

[2] Tom. III, pag. 552.

tanta segurança como de suas letras; Alexandre Herculano[1], baseando-se n'umas instrucções de Paulo III, attribue lhe audacia e ambição; vida dissoluta; espirito de rebellião contra a Santa Sé.

E' verdade que os diocesanos de Coimbra o estimaram; que os pobres e os necessitados recebiam d'elle esmolas; que favoreceu a Misericordia d'aquella cidade; que doou á respectiva Sé muitos guisamentos, entre os quaes um valioso cális de oiro; e que na mesma Sé mandou construir a capella do Santissimo, de galante e excellente architectura[2].

Toda a diocese o pranteou na morte, o que parece mostrar que era mais estimado em Coimbra do que em Roma.

As instrucções de Paulo III, citadas por Herculano, tambem o dão como frade de poucas letras.

Ora isto não é exacto. D. Frei João Soares produziu obras varias[3], em que affirmou competencia doutrinaria e dicção gentil. Como prégador, se a principio não agradou em Portugal, porque discursava em castelhano muito cerrado, pois havia estudado em Salamanca, chegou depois, quando readquiriu o manejo da lingua portugueza, a ter grande fama e clientela. Não se pode exceder o elogio que lhe faz Frei Luiz de Souza: «Foi eminentissimo no ministerio do pulpito; tanto que os

---

[1] *Da origem e estabelecimento da inquisição em Portugal.*

[2] *Noticia historica e descriptiva da Sé Velha de Coimbra*, por A. M. Simões de Castro.

[3] Veja-se *Dicc. Bib.*, de Innocencio, vol. IV, pag. 38, vol. X, pag. 350.

maiores prégadores do seu tempo lhe reconheciam a vantagem, e como a segundo Demosthenes o veneravam [1].»

Alem d'estes predicados literarios, possuia especial graça no dizer, dom natural que não seria o menos attractivo para lhe conquistar sympathias e facilidades na côrte.

D. Frei João Soares nasceu em S. Miguel de Urró, concelho de Arrifana, hoje Penafiel. Parece que pertenceu a uma familia illustre, pois que elle algumas vezes assignou tambem o appellido Albergaria.

Foi deputado do Santo-Officio, e governou a diocese de Coimbra desde 1545 até 1572; como prelado portuguez, assistiu ao concilio de Trento, onde o respeitaram como orador e theologo.

Falleceu com 65 annos de edade a 26 de novembro de 1572. Por humildade quiz ser sepultado no chão, fóra da capella do Santissimo que mandára edificar.

Se algum defeito toma maior vulto na individualidade d'este prelado, é o gosto pela ostentação.

Conta Frei Luiz de Sousa que se apresentou no concilio de Trento com um fausto proprio de principe secular, fazendo-se representar com esplendor e magnificencia notaveis.

«E porque se visse — diz o chronista dominicano — que fôra isto força do estado, mais que de

---

[1] *Vida de D. Frei Bartholomeu dos Martyres*, liv. II, cap. XVII.

animo vão, passada a occasião do Concilio se poz em caminho de Jerusalem recompensando com a moderação de peregrino voluntaria, as superfluidades de senhor forçadas.»

Talvez que este procedimento fosse determinado por indicação ou censura da Santa Sé, a qual, como já vimos, não lhe era demasiadamente affecta.

A tendencia do prelado conimbricense levava-o effectivamente para a ostentação.

Na commissão que desempenhou com o duque de Aveiro, quando foi á raia de Castella buscar a princeza D. Joanna, já havia pompeado o mesmo esplendor e magnificencia que depois exhibiu no concilio de Trento.

Um manuscripto de Pedro Alvares Nogueira, existente no cartorio do cabido de Coimbra, diz sobre o modo por que o bispo desempenhou aquella commissão: «Levou muita gente de cavallo mui bem concertada, no que gastou muito de sua renda».

A *Chronica* attribuida a D. Manuel de Menezes ainda é mais explicita quando diz:

«Não menos adornado (que o duque de Aveiro) veiu o Reverendo Bispo D. Frei João Soares, com grande numero de cavalleiros, nobremente ataviados, conforme o seu estado; e a sua divisa, que trazia nos reposteiros eram suas Armas, e a letra que dizia: *Soli Deo honor et gloria,* e quer dizer: *A honra e gloria se dê sómente a Deus.* E isto com muitas trombetas, e charamelas, e outros instrumentos, e cantores para o effeito de tão regia funcção, como convinha».

O chronista Francisco de Andrade afina pelo mesmo diapasão, dizendo:

«O bispo de Coimbra tambem por sua parte se apercebeu para esta jornada com o fausto e apparato, que se requeria para a honra d'este reino, para a auctoridade de sua pessoa, e para o grave negocio para que fôra eleito, porque ajuntou para o acompanhar muita e muito lustrosa gente de cavallo, e os que o acompanhavam a pé tambem iam da mesma maneira, e não lhe faltou então cousa alguma de quantas se uzam, e são importantes e necessarias nos negocios d'esta qualidade, sem perdoar por isso a grandes gastos e despesa».

Apenas uma voz zombeteira se levantou para tirar effeitos comicos do apparato com que o bispo de Coimbra entrou em Lisboa quando se dirigia á raia de Castella.

Apenas um carcaz despejou todas as suas settas, vibradas por adestrada mão, em menoscabo do cortejo que rodeiava o bispo de Coimbra, conde de Arganil, senhor de Coja, alcaide-mór de Avô.

Essa voz foi a de Antonio Ribeiro, o Chiado, cuja carta sobre este assumpto lembra os artigos dos jornaes republicanos de hoje em dia quando procuram amesquinhar a pompa das festas monarchicas.

N'aquelle tempo, não deixou de ser um acto de perigosa audacia a sa yra com que o Chiado visou tão alta personagem como era o bispo de Coimbra, em occasião tão solemne para a côrte como era o casamento do principe herdeiro da corôa.

Aggravado o bispo, el-rei o desaggravaria contra quem quer que fosse, se elle se queixasse.

Do valimento do prelado conimbricense junto de D. João III não ha que duvidar; bastava a justifical-o a sua qualidade de confessor d'el-rei, e não chega a ser preciso admittir, como se diz nas instrucções de Paulo III, que a pretexto da confissão obtivesse a solução de muitos negocios.

Chiado era, porém, destemido como todos os bohemios e dizidores do seu tempo, incluindo o proprio Camões. E a fortuna ajuda os audazes... pelo menos algumas vezes. Não consta que Chiado fosse molestado por causa d'esta sua satyra em prosa, de que talvez o bispo nem chegasse a ter conhecimento.

Simula o auctor escrever a um seu amigo de Coimbra, visto que lhe diz — «estas novas da entrada do *vosso* bispo.»

E' um artificio literario, para justificar a origem da satyra. Manifestamente, vindo o cortejo de Coimbra, não precisava ninguem d'aquella diocese que lhe dessem novas do modo como vinha organizado. Lá o saberiam perfeitamente ou perfeitamente o poderiam saber.

Tambem, por outro artificio literario, diz o Chiado «que não viu a entrada do bispo em Lisboa». Mas tão minuciosamente a descreve que bem se reconhece ter sido testemunha presencial. D'este modo, abria uma valvula de segurança para o caso de lhe imporem a responsabilidade da satyra: teria feito obra por informações inexactas.

Claramente se percebe que o Chiado viu a chegada do cortejo plantando-se entre a multidão em alguma rua do transito e chasqueando no meio de um grupo de clientes que lhe admiravam a veia sarcastica.

A sua narração é a de um impressionista, que surprehendeu o espectaculo em flagrante.

E tal homem como o Chiado não poderia estar calado nem indifferente por muito tempo, quando toda a população de Lisboa se alvoroçava para assistir a um acontecimento anormal, muito annunciado e não menos pomposo.

A carta de Chiado é, segundo o moderno falar, uma *charge;* pertence aos dominios da caricatura escripta, que madrugou com os primeiros alvores da nossa literatura, antecipando-se alguns seculos á caricatura desenhada.

Assim é que já no *Cancioneiro da Vaticana* encontramos a seguinte chistosa caricatura de um cavalleiro da idade-média:

caval'agudo que semelha forom,
em cima d'el un velho selegon,
sem estrebeyras e con roto bardon,
nem porta loriga, nem porta lorigon,
nen geolheiras quaes de ferro son,
mays trax perponto roto sen algodon,
e cuberturas d'un velho zarelhon,
lança de pinh'e de bragal o pendon,
e chapel de ferro que x'i lhi mui mal pon;
e sobarçad' un velh' espadarron;
cuytel'a cachas, cintas sen forcilhom,
duas esporas destras, ca sestras non som,
maça de fusto que lhi pende do arçom.

Etc.

Este fragmento é o avô da caricatura portugueza nos dominios da literatura.

Vamos vêr como Antonio Ribeiro o Chiado, navegando nas mesmas aguas, caricaturou ao correr da penna a entrada do bispo de Coimbra em Lis-

boa com todo o seu cortejo de pagens, escudeiros, varletes, azemolas, trombetas, atabales e charamelas.

Diz o documento, tal como se me deparou na miscellanea, que pertenceu á livraria do convento da Graça:

Carta que o Chiado escreveu a um seu amigo da entrada do Bispo de Coimbra em Lisboa, quando veio para ir pela Princeza a Castella que é mãe d'El-Rei D. Sebastião.

Quereis saber quanto póde a importunação, que muito contra minha vontade vos escrevo estas novas da entrada do vosso bispo n'esta cidade, só por cumprir com o que tanto me tendes rogado. Vêde-as em nome de quem quizerdes, que eu não quero senão fallar comvosco.

Deixarei sua estada no Lumiar, que durou tres dias, onde preparou e proveu de sapatos, de pescoços [1] *e atacas* [2] *toda a sua gente, que vinham algum tanto damnificados do caminho.*

---

[1] Como quem diz—gargantilhas
[2] Ligas, correias, etc.

N'este tempo foi Sua Senhoria mais nomeado por Lisboa que assada quente [1] *e todos com olhos longos por sua entrada, a qual eu não vi. Dizem que a 25 de outubro de 553 annos ás tres horas depois do meio dia entrou o vosso bispo, o qual vinha na maneira seguinte, todos de dous em dous, como cachos em redea* [2]*, sómente as azemolas, se o eram, vinham um cacho por redea:—Primeiramente vinha deante de tudo um villão, por nome Amador Colaço, a quem a natureza negou barbas, o qual foi moço de pé d'este bispo, que a ventura bem casou n'essa cidade, em cima de um rocim de meia sela, chapeu branco, vestido preto com peças d'ouro em certos logares, que denunciam festa, o qual, como se o villão do almocreve, desordenava, tornava atraz e tirava o pé do estribo, que era um madeiro, e pegava-lhe, cousa que lhe fazia mostrar as bragas que o capotim de cór trazia coberto de más linguas.*

Quarenta bestas vinham n'esta ordem, suas mataduras cobertas com reposteiros que lá se fizeram. Já sabeis quejandos eram.

No couce vinham duas escolhidas para aquella hora, que traziam cama e cofre, acompanhadas de seis villãos, cada um com

---

[1] Allusão ao pregão das castanhas assadas.

[2] Restea de uvas; isto é, reste de cachos de pendura (Moraes). Reste, corda feita de peças trançadas; v. g. uma reste de alhos, de cebolas, etc.

sua partezana nas mãos, tão frouxos que os desarmariam sem gafas [1]; *e logo no rabo vinha um estribeiro, que o outro bispo creou, tão triste e descontente que parecia que se arrependera do que acceitara.*

Nas costas d'estes todos vinham a procissão da gente, onde não faltaram cavallinhos fuscos. Só o sagitario esqueceu.

Vinha deante um mólho de trombetas; em vez de virem vermelhas vinham amarellas, e logo os atabaleiros que já não traziam braços.

Os das charamelas, já sabeis que são pão de rala, não puderam mudar cor. Como uns acabavam uns versos, outros começavam, sempre os ouvidos tinham que fazer, como os olhos que vêr. As cavalgaduras d'estes todos eram ossos sem posta de polpa.

Detraz vinham trinta moços da camara, todos almagrados, [2] *os quaes parece que os comprou o bispo por junto e lhes deram as encavalgaduras todas em cima, e de chapeus brancos, como romeiros, e os mais delles com calças e sapatos, sem espadas, gente religiosa, algum tanto no vestir castelhanos, porque quem levava luvas faltavam-lhe as esporas.*

E logo na dita ordem vinham os coimbrãos tão tristes e descontentes, que pareciam que perderam todos suas fazendas. Nomear um

---

[1] Sem gafas, o mesmo que—sem esforço, nem violencia. Gafa era o gancho com que se puxava a corda da bésta para armal-a.
[2] Pintados de almagre ou almagra; isto é, de vermelho.

por um será muita honra sua e canceira minha e enfadamento vosso: basta que alguns d'elles traziam frenos [1] *de ouro, mas mal pelas mulheres que ficam sem arrecadas, todos em cavallos de tornas, tirando o chanceller que vinha momo feito, outrosim pagem do arremeção,* [2] *que não havia mais no sel'o.* [3]

Inofre Francisco vinha bem acompanhado e bem encavalgado, todos os seus feitos rosmaninhos [4] *e bem encavalgados. A todos pareceu bem; só um senão lhe acharam, que não levava o ferro do arremeção esfolado.*

O meirinho Gaspar Dias não se achava ahi sem vara, acompanhado de dous beleguins, que lhe foram sempre fieis, um lhe trazia um cabresto com que vinha silhado, o outro lhe trazia uma ferradura que lhe cahiu no campo de Alvalade. [5]

Os mais, que aqui não vão, traziam tanto que dizer que será nunca acabar. Quando

---

[1] Freios.

[2] Talvez pagem da lança, porque arremessão (melhor graphia que arremeção) significava, segundo o Dic. da Academia, qualquer arma missiva ou de arremesso, como lança, dardo etc.

[3] Isto é, mais acabado e perfeito.

[4] Engalanados. Hoje diriamos — uns palmitos.

[5] O Campo Grande actual, com a differença de que n'aquelle tempo era bosque silvestre, muito povoado de rouxinoes, como se vê da *Ulysippo* de Jorge Ferreira de Vasconcellos, quando diz (acto IV, scen. 5.ª): «Vós estaveis mais namorado que um rouxinol de Alvalade.»

Só no reinado de D. Maria I foi que o campo de Alvalade começou a ser transformado em alameda publica.

nos virmos ambos, então vos representarei a farça.

Passado este chuveiro d'escudeiros tornou melhor dia, Arthur de Sá e Francisco Pereira, seu irmão, honestos no trajo, confiados na fidalguia. Mas então disseram que trazia Arthur de Sá feita a petição do morgado, perguntando uns aos outros quanto renderia o praso.

E n'isto appareceu Dom João, Bispo Conde, tres pessoas, um só frade, cercado de vinte e tantos villãos, que todos pareciam paes d'orfãos de Jesus, desazados, barbas d'estrigas, todos molares, sem vir entre elles nenhum só durazio, vestidos em uns alqueceres [1] *brancos e azues, que lhes davam pelos artelhos. O mais que de S. S.ª disseram, não direi eu por não pôr a mão em sagrado.*

Toda a outra clerezia vinha má com boa, como romãs de Castella, esta ordem levaram todos pela Rua dos que padecem martyrio, [2] *levando nas unhas* [3] *o Rocio e toda a Rua Nova* [4] *até chegarem ao Terreiro do Paço,*

---

[1] Alquicé ou alquicer, capa mourisca.

[2] Era a rua que, tomando se por ponto de referencia o Rocio, conduzia ao Campo de Santa Barbara, então chamado *da Forca* (*Lisboa antiga*, 2.ª parte, tomo v, pag. 65 e 78; tom vi, pag. 65 e 90.) Não quero asseverar que correspondesse á actual rua direita dos Anjos, porque o Campo da Forca era muito mais vasto então; estendia se desde o sitio dos Anjos até ao actual largo de Arroyos.

[3] Ainda hoje dizemos «na ponta da unha» para designar a maxima velocidade.

[4] A Rua Nova dos Ferros correspondia, approximadamente, á actual rua dos Capellistas. Di-se que foi mandada construir por el-rei D. Diniz.

donde muitos descaralgaram sem criados, ficando os ginetes tão mansos, que nem as apupadas dos rapazes, nem o rumor da gente teve poder para os fazer rinchar.

El-Rei nosso senhor, com a Rainha e Principe, os esperavam na varanda, onde lhes S. S.ª beijou as mãos e lhe fizeram arrazoado agazalhado. Acabado elle os dous irmãos Sá Pereira fizeram outro tanto e apoz estes, «cabeça em cu, que não fique nenhu». Alvaro Mendes, contador da Universidade, foi por cá.

Acabado o officio, tornou-se Sua Senhoria a seus paços, e ao descer da escada encostado a um pagem, que dizem ser seu sobrinho, o qual fez muito ruins mesuras, vinha caiado de novo, trazia umas pontinhas de ouro no capello da capa d'onde nunca tirou o olho, que tão recatado vinha da tezoura.

Ao bispo tornaram a arripiar carreira algum tanto a procissão desfeita, fazendo cada um caminho para suas pousadas, e de maneira os enguliu Lisboa, que nunca mais appareceram nem fizeram mossa.

Isto tudo passou na verdade, que m'o disseram homens de respeito. Se mais quizerdes peitae lampreas [1], *que os homens d'essa terra*

---

[1] Comprai-me, subornai-me com lampreas. Vê-se que sempre tiveram grande fama as lampreas do rio Mondego; e que de Coimbra as mandavam como mimo para outras terras do paiz. Era gentileza vulgar dos conimbricenses. A lamprea cozinhada na famosa estalagem do Paço do Conde foi, em nossos dias, um piteo muito celebrado por estudantes.

n'isso desenfornam todos seus cumprimentos. Nosso Senhor vos dê muita saude e vida e muito dinheiro, e vos livre d'estas trovoadas que o tiram e gastam.»

Esta carta, que não pudemos encontrar em 1889, não completa ainda o espolio literario do Chiado, porque não tem sido possivel encontrar exemplares de outras especies, taes como o *Auto de Gonçalo Chambão*, que, segundo Barbosa, teve nada menos de trez edições.

Mas constitue um achado, que reputei feliz, e que me deixou contente quando se me deparou n'uma epoca em que eu versava com enthusiasmo assumptos literarios.

Se hoje dou a lume esta carta de Chiado, foi porque para esse effeito encontrei as maiores facilidades n'uma empreza editora, que se tem assignalado por bons serviços ás letras patrias.

Não é que eu fie do exito d'esta monographia e fique imaginando que hão de acudir a compral-a numerosas legiões de leitores.

Em Portugal só o romance francez tem procura no mercado.

Qualquer outra especie literaria representa um desastre de livraria.

Por haver chegado a esta convicção é que nunca pensei em fazer segunda edição das *Obras do poeta Chiado*, que bem podia ter sido enriquecida com a materia do presente opusculo e com varias

correcções que me foram indicadas, sobre a difficil interpretação dos textos, pelos srs. visconde de Castilho, Antonio Francisco Barata e professor Epiphanio.

Mas seria perder tempo, e o tempo é a vida. Esperdiçal-a era desatino. Poupemol-a.

Estou n'este ponto de vista ha muito tempo.

Lisboa, 9 de julho de 1901.

ÚLTIMAS PUBLICAÇÕES

DA

EMPREZA DA HISTORIA DE PORTUGAL

SOCIEDADE EDITORA

LIVRARIA MODERNA — Rua Augusta, 95 — LISBOA

Historia de Portugal, de *M. Pinheiro Chagas*, edição de luxo, illustrada com grande numero de gravuras originaes; 4 vol. publicados. Cada vol brochado 2$500; encadernado, capas especiaes a ouro e côres: fls. brancas 3$600, fls. douradas 4$000. Cada tomo mensal, 500; fasciculo semanal, 60 réis.

Os Lusiadas, de *Luiz de Camões*, edição de luxo, illustrada com mais de 80 gravuras originaes; 1 vol. br. 2$500, enc. capas especiaes a ouro e côres: fls. brancas 3$600, fls. douradas 4$000 réis. Assignatura a fasciculos de 60 rs. ou a tomos de 300 réis.

Maravilhas da Natureza, de *A. Brehm*, traduzida e ampliada pelo lente da Escola Polytechnica de Lisboa, dr. *Balthasar Osorio*. Em publicação a primeira parte, **Mammiferos**. Cada tomo mensal, de 80 paginas, grande numero de gravuras, 300 réis, fasciculo semanal de 16 paginas, 60 réis.

Historia Geral dos Jesuitas, instituições, costumes e mysterios, desde a sua fundação até nossos dias, coordenada dos melhores auctores, tanto nacionaes como estrangeiros, segundo o plano de M. A. Arnould, por *T. Lino d'Assumpção*. Estão publicados 4 tomos, inserindo cada tomo 20 primorosas gravuras. —Assignatura a fasciculos de 60 réis, ou a tomos de 300 réis.

Os Guerrilheiros da Morte, de *M. Pinheiro Chagas*, edição de grande luxo, com 44 gravuras originaes; 1 vol. br. 1$000 réis; enc. capas especiaes a ouro e côres: fls brancas 1$500, fls. douradas 1$800 réis. Assignatura a fasciculos de 50 rs. ou a tomos de 250 réis

A Sereia, de *Camillo Castello Branco*, edição de luxo, com 40 gravuras originaes; 1 vol br. 1$000, enc capas especiaes a ouro e côres: fls. brancas 1$500, fls. douradas 1$800 réis. Assignatura a fasciculos, 50 rs. ou a tomos 250 réis.

A Porta do Paraizo, de *Alberto Pimentel*, edição de luxo, com gravuras originaes; 1 vol. br. 1$000, enc. capas especiaes a ouro e côres: fls. brancas 1$500, fls. douradas 1$800 réis. Assignatura a fasciculos, 50 rs. ou a tomos 250 réis.

Morte de Homem, de *D. João de Castro*, grande romance moderno, 1 grosso volume de perto de 500 paginas, magnificamente impresso; em brochura 800 réis, enc. 1$000 réis.

Amar é Soffrer, de *Guilherme Gama*, delicioso livro de contos e impressões, edição de luxo; 1 vol.br. 600 réis, enc. 800 réis.

Em Campanha e no Quartel, de *Maximiliano de Azevedo*, 1 bello vol. de contos militares, muito illustrado; br. 500, cartonado 700 réis.

Historia de Jesus, de *Gomes Leal*, um delicioso vol. narrando a vida de Christo; brochado 300 rs., encadernado 400 réis.

Carta ao Bispo do Porto, por *Gomes Leal*. Um poemeto luxuosamente impresso, com capa a côres e o retrato do auctor, 200 réis.

Dois annos de troça, de *Eduardo Fernandes (Esculapio)*, 1 vol. de engraçadas gazetilhas; br. 300 réis cartonado 400 réis.

Albuns do Centenario- Bella collecção, em photo-gravura, de 5 albuns contendo trechos da arte Manuelina e scenas da vida portugueza -- Um album grande, contendo 20 magnificas photo-gravuras e medindo 34×27,5 e 2 albuns pequenos, contendo cada um 12 magnificas photo-gravuras e medindo 18×24.— Preço dos 3 albuns **500** réis.

Portugal na Exposição de Paris, de *José de Figueiredo*, (Balanço da arte portugueza actual)--Critica d'Arte e factos, comprehendendo a critica geral da nossa representação na grande capital, e em especial das nossas secções artisticas--Um esplendido volume, edição de luxo--Preço, **500** réis.

Contos de fadas—Um volume lindamente illustrado—Preço brochado, 200 réis, encadernado 3[illegible]0 réis.

Vinte Contos, de *Ricardo de Sousa*,--Um bonito volume de contos.--Preço, brochado, 500 rôis.

Diccionario Historico e documental, dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes ou no serviço de Portugal, coordenado por *Sousa Viterbo*,--Vol. 1.º (A a G), 1 grosso volume, in-4.º gr. de perto de 600 paginas, 2$500 réis.

OBRAS COMPLETAS DE ALMEIDA GARRETT

(Propriedade da Empreza da HISTORIA DE PORTUGAL)

Assignatura a volumes brochados ou encadernados. BRINDES —Os srs. assignantes receberão como brinde os dois ultimos volumes da collecção, brochados. A collecção das obras do Visconde de Almeida Garrett é constituida pelos seguintes volumes, segundo a Inumeração que o auctor lhe deu, quando editadas em sua vida:—